

Fomento à pesca e riscos de extinção: uma análise a partir do registro fotográfico do pirarucu (*Arapaima gigas*) do rio Araguaia em meados do século XX

Fostering fishing and extinction risks: an analysis from the photographic record of the Araguaia pirarucu (*Arapaima gigas*) in the mid-twentieth century

André Vasques Vital¹

Francisco Leonardo Tejerina-Garro²



Resumo: O artigo aborda a situação da pesca do *Arapaima gigas* no rio Araguaia e os debates em torno dessa atividade por meio da análise do registro fotográfico publicado nos livros *Encantos do Oeste* de Agenor Couto de Magalhães (1945) e *Dramas do Oeste* de Leolídio Di Ramos Caiado (195?). As interconexões entre ambas publicações são compreendidas como parte ativa das controvérsias políticas ligadas à atividade da pesca no referido rio. Os registros fotográficos de pirarucus pescados guardam relação direta com as contradições e controvérsias locais ligadas às políticas e à ideologia da “Marcha para o Oeste” e ao fenômeno da intensificação do turismo. Os espécimes capturados e fotografados foram parte e fomentaram duas especulações distintas sobre o futuro do rio Araguaia: uma ligada ao sucesso do turismo e da indústria pesqueira e outra relacionada à extinção da espécie *A. gigas*.

Palavras-chave: Ictiofauna; Uso da biodiversidade; Marcha para o Oeste; Integração Nacional; Conservação.

Abstract: This paper discusses the *Arapaima gigas*' fisheries in the Araguaia River and the debates around this activity through the analysis of the photographic records published in the books *Charm of the West (Encantos do Oeste)* by Agenor Couto de Magalhães (1945) and *Dramas of the West (Dramas do Oeste)* by Leolídio Di Ramos Caiado (195?). The interconnections between the books are understood as an active part of the political controversies related to the fishing activity in the mentioned river. The photographic records of pirarucus fishes are directly related to the local contradictions and controversies coupled to the policies and ideology of the “March towards the West” and to the phenomenon of tourism intensification. The specimens captured and photographed were part and fomented two distinct speculations about the future of the Araguaia River: one linked to the success of tourism and the fishing industry and the second one related to the extinction of the species *A. gigas*.

Keywords: Ichthyofauna. Commercial use of the biodiversity. March towards the West. National Integration. Conservation.



Introdução

A imagem do Planalto Central como principal *divortium aquarum* da América do Sul, ou fronteira das águas entre os formadores das bacias hidrográficas dos rios São Francisco, Paraná e Amazonas (VARI, 1988) permaneceu circulando entre intelectuais e políticos brasileiros desde o século XVIII. Tratava-se de uma poderosa imagem que rendeu projetos de transferência da Capital do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, para o centro geográfico do país, na área das nascentes desses rios.

Em Goiás, essa percepção foi bastante utilizada ao longo da primeira metade do século XX como forma de propaganda dos potenciais econômicos do estado, visando uma maior integração com o país. Em revistas publicadas na Capital Federal (na época Rio de Janeiro), intelectuais e políticos goianos destacavam os supostos potenciais dos rios que atravessavam o estado de Goiás como vias fluviais e de geração de energia elétrica, abastecimento de água e pesca comercial, justificando a mudança da capital e os incentivos federais ao desenvolvimento econômico regional (VITAL; DUTRA E SILVA; CAMPOS, 2017).

Para chamar atenção do potencial econômico pesqueiro, fotografias de exemplares capturados de pirarucu (*Arapaima gigas* Schinz, 1822, Arapaimidae, Osteoglossiformes) do rio Araguaia foram publicadas entre as décadas de 1910 e 1930, no Rio de Janeiro, como prova da biodiversidade aquática na região (VITAL; TEJERINA-GARRO, 2018). Nesse período, as fotografias se conectavam principalmente ao problema da falta de integração do estado de Goiás ao restante do país. Pirarucus capturados e fotografados nas praias do rio Araguaia continuariam a circular entre 1940 e 1950. Contudo, as fotografias publicadas em meados do século XX se ligavam a processos mais amplos relativos às políticas da “Marcha para o Oeste”, à emergência do turismo no médio Araguaia, seção funcional compreendida entre a cidade Aragarças, Goiás e as corredeiras de Santa Isabel localizadas a jusante da cidade de Xambioá (RIBEIRO; PETRERE JUNIOR; JURAS, 1995) hoje pertencente ao estado de Tocantins, e à consequente intensificação da pesca do pirarucu.

O presente artigo analisa como espécimes de pirarucu capturados e fotografados nas praias do rio Araguaia se vinculam a projetos, planos de integração nacional e debates sobre a conservação da fauna em Goiás em meados do século XX. A análise se detém sobre as fotografias publicadas em duas obras: *Encantos do Oeste*, álbum de fotografias que reproduz o itinerário de uma viagem ao rio Araguaia em 1939, publicado por Agenor Couto de



Magalhães em 1945, e *Dramas do Oeste*, um relato de viagem pelo rio Araguaia em 1950, publicado por Leolídio Di Ramos Caiado em 1957.

As fotografias publicadas nessas duas obras são entendidas como fenômenos que envolvem processos materiais e discursivos variados (CAZEAUX, 2016) e permitem que os espécimes de pirarucus pescados emerjam como coisa-poder ou federações de agentes humanos e não-humanos partícipes de debates, ideias e transformações políticas (BENNETT, 2010) em íntima relação com paisagens, textos, câmeras e controvérsias sobre a pesca e a integração do rio Araguaia ao sistema produtivo nacional. As fotografias publicadas em ambas as obras se relacionam a duas especulações distintas sobre o futuro do rio Araguaia. A primeira ligada à efetiva integração nacional da bacia hídrica do referido rio pelo sucesso do turismo e da indústria pesqueira e a segunda às consequências dessa integração e à possível extinção da espécie *A. gigas*.

Fotografias do pirarucu e o incentivo à pesca comercial no rio Araguaia

Animais capturados por diferentes meios fazem parte da história da fotografia desde os seus primórdios. As primeiras fotografias produzidas de animais em seus habitats eram, na verdade, fotografias de criaturas cuidadosamente empalhadas e postas em um determinado ambiente, formando um cenário da vida selvagem. Tratava-se da construção de um cenário vivo utilizando-se organismos mortos. Por outro lado, os animais mortos eram utilizados nos registros fotográficos do século XIX para documentar episódios de caça, por exemplo felinos abatidos e exibidos pelo caçador. Nesse sentido e por outras razões, peixes e animais aquáticos capturados e mortos aparecem no registro fotográfico desde a década de 1850 (BROWER, 2011, p. 19). Ao lado dos animais vivos presos em zoológicos e aquários, os espécimes mortos foram uma opção fundamental nos registros da vida selvagem entre as décadas de 1840 e 1890. A vida selvagem nas pinturas do século XIX era retratada a partir de animais mortos e essa tendência permaneceu nas primeiras décadas da fotografia. Por outro lado, as limitações técnicas das primeiras câmeras fotográficas dificultavam a produção de qualquer imagem a partir de espécimes vivos em seus habitats (BROWER, 2011).

No Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, a revista *A Informação Goyana* (1917-1935) publicou durante os anos de sua existência diversas fotografias de peixes capturados nos rios do estado de Goiás. Os espécimes pescados e fotografados atestavam a diversidade e abundância de animais aquáticos nas



bacias hidrográficas dentro dos limites do estado. Trava-se de uma estratégia das elites e dos intelectuais goianos, capitaneados pelo major Henrique Silva, editor da revista, para chamar a atenção do governo federal e da iniciativa privada de outros estados para os potenciais da pesca comercial em Goiás. No caso das fotografias do *A. gigas* do rio Araguaia, observa-se uma importância maior devido aos debates sobre a produção de um mercado interno do pirarucu em substituição à importação de bacalhau na Primeira República. Por diversas razões, a propaganda não rendeu os frutos esperados, permanecendo o *A. gigas* do rio Araguaia, relativamente pouco explorado (VITAL; TEJERINA-GARRO, 2018).

As circunstâncias em que foram publicadas as fotografias nos livros *Encantos do Oeste* e *Dramas do Oeste*, contudo, são bastante distintas. Na Primeira República (1899-1930), apesar da ocorrência de algumas importantes intervenções federais para o povoamento e integração nacional de áreas do interior do Brasil, prevaleceu uma descentralização política e econômica que desestimulava ou dificultava essas iniciativas. A década de 1930, especialmente o momento sob o regime do Estado Novo (1937-1945), foi marcada por uma centralização política que facilitou iniciativas mais amplas de integração nacional a partir do poder central.

O major Henrique Silva faleceria em 1935 sem ver a integração do rio Araguaia ao sistema produtivo nacional via indústria pesqueira. Contudo, poucos anos após sua morte e o fim da publicação da revista *A Informação Goyana*, emergiram as políticas da “Marcha para o Oeste”, que tiveram início em 1938. Tratou-se de uma política de interiorização que envolveu estudos científicos, formação de colônias agrícolas e uma forte propaganda de caráter político-ideológica de integração nacional, visando o povoamento e desenvolvimento econômico das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Em Goiás, a transferência para a capital do estado para Goiânia (1942), a formação da Colônia Agrícola Nacional de Ceres - CANG (1941) e a criação da Fundação Brasil Central (1943) foram marcos importantes da “Marcha para o Oeste”. Outro marco foi a visita do Presidente Getúlio Vargas à Goiânia (1939) e à Ilha do Bananal (1940) localizada no médio Araguaia, travando relações com os índios Karajá, chamando forte atenção para o rio Araguaia. Os governos estaduais de Pedro Ludovico Teixeira (1930-1945) e Jerônimo Coimbra Bueno (1947-1950) aproveitaram o momento para estabelecer parcerias e intensificar propagandas para atrair colonos, produzindo a ideia de Goiás como “O Oeste”, “a fronteira humana” ou “a terra prometida” (DUTRA E SILVA, 2017). Apesar de alguns revezes, essas políticas



geraram alguns frutos: estradas de rodagem, cidades, pontes, campos de pouso para aviões e hospitais foram construídos concomitante à forte migração e expansão comercial e agrícola em Goiás (GARCIA, 2010, p. 166-170).

Nesse período, na esteira da intensa propaganda federal e estadual sobre as potencialidades econômicas de Goiás ou “do Oeste”, emergem dois fenômenos: o do novo bandeirantismo e o do turismo. O Presidente Getúlio Vargas foi o primeiro chefe do executivo nacional que visitou a Ilha do Bananal, localizada na seção média do rio Araguaia e pertencente à então unidade administrativa do estado de Goiás, com o objetivo de conversar com índios em uma aldeia. Não havia qualquer risco no empreendimento, pois se tratou de uma viagem feita por avião à aldeia Karajá de Santa Isabel do Morro, que atualmente é vinculada administrativamente ao estado de Tocantins, etnia que convivia pacificamente com as populações não-índigenas da região. Contudo, essa viagem foi preparada e publicizada de modo a produzir alguma semelhança com as antigas viagens empreendidas pelos bandeirantes do período colonial, enfatizando a coragem do Presidente frente aos supostos altos riscos da expedição (GARFIELD, 2000). Concomitantemente a essa viagem, o Departamento de Imprensa e Documentação (DIP) do Estado Novo publicava a revista *Cultura Política*, que entre 1941 e 1945 difundiu ideologias compatíveis com as diretrizes nacionalistas do regime. Dentre as principais ideologias, estava o bandeirantismo, entendido pelo poeta Cassiano Ricardo como um conjunto de atitudes e comportamentos que caracterizavam a brasilidade, um tipo de destino manifesto contido na alma dos brasileiros (DUTRA E SILVA, 2017).

O poeta modernista Cassiano Ricardo foi autor do livro *Marcha para o Oeste* (1942), obra que redefinia a noção de brasilidade. Ele associava a identidade nacional ao processo histórico de deslocamento, desbravamento e ocupação do interior do Brasil promovido pelos bandeirantes no período colonial. Ricardo argumentava que o bandeirantismo havia renascido nos séculos XIX e XX, como um novo bandeirantismo. A política da “Marcha para o Oeste” era entendida como expressão desse novo bandeirantismo, sendo orientada por princípios político-culturais de caráter nacionalista e sustentada por um aparato tecnológico (rodovias, transporte aéreo, etc.) que facilitavam a penetração e ocupação. As ideias de Cassiano Ricardo tiveram ampla divulgação e impacto na época, defendendo por um lado, as políticas de integração nacional do Estado Novo e, por outro lado, incentivando a migração e formação de expedições de reconhecimento de áreas remotas nos estados do Centro-Oeste e na Amazônia.

A visita de Getúlio Vargas aos índios Karajá e a Expedição Roncador-Xingu



(1941), ambas associadas à massiva propaganda político-ideológica da “Marcha para o Oeste”, evidenciou a região do médio Araguaia como local propício a um turismo que visava a caça, a pesca e a proximidade com os indígenas. É no início da década de 1940 que a região passa a ser visitada por expedições de reconhecimento e turísticas, muitas delas vindas do estado de São Paulo (RAMOS, 2011). O Departamento de Propaganda e Expansão Econômica do Estado de Goiás, também publicava em jornais de outros estados sobre os atrativos turísticos do rio Araguaia, incentivando viagens de caça, pesca e visita aos índios (CÂMARA FILHO, 1938, p. 25). Essas políticas promoveram a intensificação de acampamentos provisórios ao longo das praias do rio Araguaia que se formam no período de estiagem (entre abril e outubro), além de aumentarem gradualmente a atividade de caça e pesca na região.

As fotografias de pirarucus pescados publicadas nos livros *Encantos do Oeste* (1945) e *Dramas do Oeste* (195?) vinculam-se de formas distintas aos processos envolvidos na problemática da integração nacional da bacia do rio Araguaia em meados do século XX. As imagens em ambas as obras exibem e são elas mesmas fenômenos conflitantes na década de 1940, período de intensificação de políticas e debates envolvendo o futuro da bacia do rio Araguaia.

Encantos do Oeste (1945): a pesca de pirarucus em escala industrial

Agenor Couto de Magalhães era sobrinho do Gen. José Vieira Couto de Magalhães, Presidente de Província do estado de Goiás entre os anos de 1863 e 1864. Era zoólogo e desde 1931, chefiava o setor de Caça e Pesca, pertencente à Diretoria de Indústria Animal, órgão que ficava sob o controle da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do estado de São Paulo. Foi durante o tempo que estava à frente do referido setor administrativo que Magalhães publicou dois dos seus principais livros a respeito da fauna brasileira. O primeiro a respeito da ictiofauna marinha e de água doce, no qual aproximadamente 113 espécies são descritas abordando aspectos da biologia, ecologia e distribuição geográfica além de serem acompanhadas por desenhos da espécie realizadas pelo próprio autor e no qual são ressaltados dois aspectos: a elevada biodiversidade ictiofaunística brasileira com destaque para a região Amazônica e o pouco uso da mesma por parte do setor pesqueiro marinho ou fluvial (MAGALHÃES, 1931). O segundo livro aborda aspectos zoológicos de anfíbios, répteis, aves e mamíferos ilustrado com fotos das espécies provenientes de vários colaboradores (MAGALHÃES, 1939).

Agenor Couto de Magalhães foi também membro e vice-presidente do Conselho Florestal do Estado de São Paulo em 1939, trabalhando ao lado de dois importantes conservacionistas da época: Francisco Carlos Hoehne e Edmundo Navarro de Andrade (CONSELHO..., 1938, p. 2). Como conservacionista, Magalhães condenava o uso de dinamites e de redes na pesca, por representar uma ameaça ao “patrimônio fauniano” aquático e pela perspectiva dos altos custos financeiros na proteção de uma espécie fluvial ameaçada de extinção (O PROBLEMA..., 1935, p. 2). Por outro lado, considerava “antiquadas” as técnicas de pesca tradicionais (por exemplo o uso do cacuri, curral-de-pesca ou juquiás) de uso comum tanto no litoral brasileiro (NASCIMENTO *et al.*, 2018) como no rio Amazonas (BARTHEM, 1990) ou “bárbaras” em se tratando do uso de extratos vegetais venenosos na pesca como o uso do timbó. O timbó permite capturar por atordoamento ou morte uma quantidade expressiva de peixes e é preparado utilizando-se diferentes espécies de plantas, 140 espécies incluindo as sul-americanas, de acordo com o ambiente onde se encontra a população indígena envolvida neste tipo de pesca (HEIZER, 1987). Em contraposição, Magalhães defendia a prática da pesca por “processos modernos e bem orientada”, o fomento à piscicultura e a introdução de espécies exóticas no Brasil como a carpa comum (*Cyprinus carpio*; MAGALHÃES, 1938) originária da Europa e Ásia. A produção de um mercado interno de peixes nativos e exóticos, com o devido incentivo ao seu consumo, estava no horizonte de Magalhães que via no incentivo à pesca comercial uma forma de baratear o pescado, diminuir a importação de peixes em conserva e combater a fome.

A viagem de Agenor Couto de Magalhães ocorreu no ano de 1939. Pouco se sabe sobre a data exata da expedição, a quantidade de pessoas e os nomes dos participantes. A expedição ocorreu ainda sob o calor dos debates na imprensa sobre a “Bandeira Piratininga”, expedição à Serra do Roncador (localizada na área entre o rio Araguaia e o seu afluente o rio das Mortes, no estado de Mato Grosso) liderada por Willy Aureli dois anos antes. A expedição liderada por Aureli gerou o documentário cinematográfico *Nas Serras do Rio das Mortes* (1938) e o livro *Roncador: Expedição a Serra do Roncador* (1939), mas foi também criticada por parte da imprensa pelos altos riscos que os membros da expedição correram na tentativa de filmar os índios Xavante (ALENCAR, 1938; UM FILME..., 1938, p. 7). Assim, a expedição de Magalhães, que também teria como objetivo alcançar a Serra do Roncador, ocorreu longe dos holofotes da imprensa.

O livro *Encantos do Oeste* é um álbum de fotografias com 183 imagens, cada

uma contendo títulos e descrições que pretendem dar ao leitor/expectador a impressão de um relato de viagem por meio de imagens fotográficas. O álbum possui um texto de abertura intitulado “Resumo Histórico da Marcha para o Oeste”, descrevendo as expedições bandeirantes, desde a fundação da capitania de São Paulo, em 1554, até o novo bandeirantismo dos séculos XIX e XX, sem esquecer da obra *Viagem ao Araguaia* (1863), do seu tio José Vieira Couto de Magalhães. Agenor Magalhães se coloca como indivíduo que percorreria novamente os caminhos feitos pelos bandeirantes que o antecederam. A fauna, a flora, a paisagem e o potencial pesqueiro e turístico do rio Araguaia são alardeadas nessa parte da obra. A primeira fotografia do álbum é sugestiva: a estátua “Índio Caçador”, instalada em 1940 na Avenida Vieira de Carvalho, em São Paulo, é intitulada “O Selvagem” (NAXARA, 2015). Tratava-se de uma homenagem aos índios como povos que cooperaram com a construção da nação, apagando o histórico de conflitos, escravidão e matanças envolvidos nas antigas expedições bandeirantes. Assim, o álbum *Encantos do Oeste* era uma obra completamente alinhada com as ideias de Cassiano Ricardo e com a ideologia da “Marcha para o Oeste”.

Por meio das fotografias e suas descrições, sabe-se que a expedição partiu de São Paulo para a Cidade de Goiás, passando por Goiânia, nova capital recém construída, em um automóvel “Ford”, provavelmente o Model A Roadster de 1931 (MAGALHÃES, 1945, p. 44-45). Da Cidade de Goiás até o povoado de Barra, no Rio Vermelho, hoje distrito de Buenolândia no município de Goiás (SOUZA; CASTILHO, 2014), os expedicionários foram montados no lombo de cavalos. De Barra até Leopoldina (atual Aruanã, nas margens do rio Araguaia) eles desceram os rios Vermelho e Araguaia em pequenos “botes de lona” que consistiam em uma peça portátil para dois tripulantes, trazidas de São Paulo, montada com varetas finas e uma peça de lona, com um remo de pá dupla (MAGALHÃES, 1945, p. 66). Continuaram a viagem nos botes até a aldeia Karajá de Santa Isabel (Tocantins) e de lá, partiram a pé para a Serra do Roncador (Mato Grosso). Estima-se que foram quatro, contando com o fotógrafo, o número de pessoas participantes da expedição. Há poucas menções sobre quem seja o fotógrafo, que é chamado de “o operador” em algumas partes do álbum e “Cristóvão” na descrição da fotografia da página 126 (MAGALHÃES, 1945, p. 126).

A câmera fotográfica utilizada foi uma Zeiss Contax II, equipamento profissional de alta qualidade lançado em 1936 que se destacava por ser o primeiro dispositivo a associar visor e telêmetro em um mesmo aparelho (MAGALHÃES, 1945, p. 69). Era compacto e capaz de focar uma cena com maior



precisão e rapidez por meio da composição da cena (pelo visor) e medição da distância entre o operador e o seu alvo (pelo telêmetro) (ROSE; GUSTAVSON; YANO, 2007, p. 771-788). Não por acaso, o álbum contém vários flagrantes e cliques rápidos de situações vistas e experienciadas ao longo da viagem. Além de flagrantes da vida animal (como o mergulho de um jacaré), das relações das populações locais com os animais (casos de veados e ariranhas no quintal ou no interior das casas, se alimentando junto com os humanos) e de diversas cenas da vida cotidiana nas margens do rio Araguaia, há também imagens dos rituais dos índios Karajá e fotografias da paisagem. Poucas são as fotografias em primeiro plano, sendo a maioria em plano médio (parte do ambiente incluindo pelo menos um personagem em quadro) e geral (paisagem completa), evidenciando o posicionamento e a movimentação dos objetos fotografados em relação ao ambiente, bem como o ambiente em torno do objeto. Todas as fotos foram cuidadosamente organizadas no álbum, de modo a passar para o espectador a impressão de sequência do itinerário dos viajantes.

As cinco primeiras fotografias abordam a pesca e salga do *A. gigas* no rio Araguaia. A Figura 1 apresenta um pescador em plano médio, em pose típica de quem está prestes a lançar o arpão em um pirarucu recém visualizado na superfície da água. Obviamente não há qualquer peixe na água, mas o operador que com sua câmera captura a imagem de um pescador em uma postura ativa que pretende eternizar. A descrição da foto é uma exaltação ao pescador brasileiro: suas habilidades físicas, mentais e emocionais são enfatizadas em uma narrativa sobre a prática de pesca do pirarucu:

A pesca do pirarucu é emocionante e exige muita calma, prática e grande paciência. O gigantesco peixe, tendo, de quando em quando, necessidade de ar livre, sobe à tona d'água para sorvê-lo irrompe com a cabeça, o corpo, a calda, tudo à um tempo, água afora, rápido instantâneo, levantando barulhosamente uma grossa coluna de líquido. É esse precisamente o momento de arpoá-lo. O seu volume e a violência da mesma com que penetra na água deixam indicada na superfície a direção que toma, vendo-se no sulco de sua fuga grandes bolhas de ar, produzidas, provavelmente, pelos haustos de seu aparelho respiratório. Esses sinais guiam a pontaria e o arpão, arremessado à toda força, vai, certo, apanhá-lo no fundo do meio líquido. A arpoeira, nome que dão à corda que acompanha a fiska, desenrola-se repentinamente da pesada haste e é levada rapidamente pelo peixe ferido. A habilidade de tenteá-lo é atributo que nunca falta ao pescador brasileiro (MAGALHÃES, 1945, p.118).

Figura 1 - Pesca do Pirarucu



Fonte: Magalhães (1945, p. 118).

conjunto de pessoas identificadas com a prática da pesca no rio Araguaia. O pescador do Oeste é alçado na descrição como exemplo de pescador brasileiro. Sem rosto, a sua definição está nas habilidades e técnicas, características tornadas comuns a todos os pescadores do território nacional. A descrição do pirarucu, suas características físicas, de comportamento, e a forma como ele é pescado são fatores que reforçam os atributos construídos em torno da imagem do pescador.

É importante notar que não há qualquer referência que particularize a pessoa fotografada, seja na própria imagem, quanto na sua descrição. Na foto, o rosto do pescador é tomado por uma espessa sombra produzida pelo chapéu que protege a sua cabeça dos raios solares. É praticamente um pescador sem rosto (embora possamos notar uma espessa barba, ainda mais escura que a sombra projetada pelo chapéu). A descrição da foto tampouco produz qualquer narrativa sobre o indivíduo fotografado. A imagem foi construída não como representação de um pescador específico, mas de um

Figura 2 - Industrialização rudimentar do pirarucu



Fonte: Magalhães (1945, p. 119).

Se por um lado as habilidades do pescador do rio Araguaia na captura do pirarucu é digna de louvores, por outro, as práticas de preparo para o comércio desse peixe são associadas ao atraso. A fotografia da Figura 2 certamente foi tirada em momento diverso da Figura 1 e não há indícios de que esse pescador seja o mesmo da foto anterior. Contudo, a forma como as fotografias foram organizadas no álbum produz a sensação de que se trata do mesmo pescador, em momento imediatamente posterior à pesca do pirarucu almejado na Figura 1. A ressalva feita na descrição é contrastante com as habilidades do pescador: “Parece incrível que a industrialização desse peixe (*Arapaima gigas*), de grande valor econômico, ainda se processe como o faziam há três séculos os mestiços que foram habitar às margens do Amazonas e tributários” (MAGALHÃES, 1945, p. 119).

A Figura 2 e 3 foram também obtidas considerando um plano médio e os objetos da fotografia são um espécime de pirarucu capturado e o pescador que corta as suas nadadeiras com um machado (Figura 2) e escala o mesmo com um facão (Figura 3). O operador tenta capturar a más condições de preparo das mantas de pirarucu em conserva. Desde a precariedade das vestes do pescador ao cadáver do peixe, sujo de areia, sendo retalhado no chão, tornam-se evidências de um processo inadequado para os padrões de higiene recomendados por médicos, cientistas e técnicos nos grandes centros urbanos do litoral. Outros elementos na Figura 3 reforçam o problema da falta de higiene no preparo das conservas e buscam direcionar o expectador a vislumbrar essa questão. As moscas varejeiras (espécies de moscas das famílias Calliphoridae e Sarcophagidae que se alimentam de restos orgânicos em decomposição) (JUNQUEIRA *et al.*, 2016), ganham vida na imagem com a descrição: “tudo é feito na praia, ao sol, às varejeiras impertinentes e nocivas ao tratamento da carne, com a areia que em mistura com o sal inferior, torna o produto desagradável à vista e ao paladar” (MAGALHÃES, 1945, p. 120).

A descrição da Figura 2 reforça a condição de verdadeiro lamento pela manutenção de um conhecimento empírico centenário na salga do pirarucu: “Nenhum melhoramento foi introduzido no rudimentaríssimo aproveitamento de pescado tão precioso! Nenhum aperfeiçoamento foi ditado para a conservação das mantas de carne finíssima e rosada desse gigantesco peixe dos lagos e rios do Brasil!” (MAGALHÃES, 1945, p. 119). A este respeito é necessário notar que o processo de salga e desidratação é uma prática em uso para conservação da carne do pirarucu, isto porque este peixe é sempre capturado morto (pelo arpão ou asfixiado quando se usa redes) e nessas condições a salga e desidratação

praticada no local é a melhor técnica de conservação (BARD; IMBIRA, 1986). A descrição da Figura 2 continua apontando que os habitantes locais repetiam o conhecimento dos seus ancestrais, realizando os primeiros cortes no *A. gigas* morto com golpes de machado na praia, para depois fatiá-lo em mantas, que eram postas a secar ao sol em varais improvisados. A crítica explícita vinculada à Figura 2 e 3, repisa a mensagem de que “a industrialização desse excelente produto deixa muito a desejar, quer quanto à parte técnica, quer quanto à parte econômica” (MAGALHÃES, 1945, p. 119). Apesar das técnicas utilizadas para conservação do pirarucu se justificarem pelas condições de captura desse pescado, estas apresentam condições higiênico-sanitárias insatisfatórias, devido à presença de bactérias patogênicas e toxigênicas durante o processo de salga e posterior manuseio (NUNES *et al.*, 2014).

Figura 3 - Escalando pirarucu



Fonte: Magalhães (1945, p. 120).

Cabe abrir um parêntese importante sobre um dos elementos ressaltados na descrição da fotografia da Figura 3: o sal. Nas décadas de 1910 e 1920, o sal utilizado para o preparo do pescado e do charque produzido em Goiás era adquirido nas usinas de Mossoró, no Rio Grande do Norte. Esse sal tinha um grau de pureza inferior e era inadequado para o preparo de conservas. Nessa época, Henrique Silva chamou a atenção para necessidade de isentar o estado

de Goiás de impostos federais sobre a importação de sal de melhor qualidade, com o objetivo de incentivar a indústria pesqueira e de charque nesse estado (VITAL; TEJERINA-GARRO, 2018). O problema é que além dos altos custos com a aquisição do sal importado, havia também o alto custo com o frete devido ao isolamento do estado que dependia de estradas particulares em péssimas condições de conservação para o tráfego e de rios pouco navegáveis devido aos trechos encachoeirados (CAMPOS, 2003; CHAUL, 1997; GARCIA, 2010). Apesar da chegada da estrada de ferro na parte centro-sul de Goiás, a falta de sal em outras áreas do estado ainda era um problema em fins da década de 1930, contribuindo com a precariedade da indústria de salga do pirarucu.

A descrição da Figura 3, por fim, endereça uma mensagem para o governo federal, chamando a atenção para a necessidade de iniciativas visando o fomento à pesca comercial do pirarucu no rio Araguaia e seu aperfeiçoamento. Contudo, esse fomento deveria vir por meio da educação: “Torna-se necessário que o governo federal instale, em tempo oportuno, feitorias modelos que ministrem ensinamentos práticos aos pescadores que, desta maneira, terão o seu produto valorizado e com uma apresentação muito mais agradável” (MAGALHÃES, 1945, p. 119).

A ideia das feitorias modelo não era nova. Em 1912, o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, por meio da Inspeção da Pesca implantou feitorias que ministravam cursos para os pescadores no Distrito Federal e no estado do Rio Grande do Sul. A ideia original era instalar várias dessas feitorias no litoral brasileiro, começando pelo Distrito Federal e pelos estados do Rio Grande do Sul e Maranhão, sedes das áreas pesqueiras delimitadas pela inspeção na época. Contudo, a iniciativa teve vida curta, existindo apenas até o ano de 1915, quando a Inspeção da Pesca foi extinta pelo Congresso Nacional como parte de um conjunto de medidas para o corte de gastos (VITAL; BARRETO, 2018). Durante essa época, o estado de Goiás permaneceu à margem dos debates e incentivos à pesca comercial, permanecendo assim ainda no início da década de 1940, momento de novo impulso nas iniciativas de fomento à pesca em território nacional (VITAL; TEJERINA-GARRO, 2018). A proposta de Magalhães, assim, apontava para a retomada do antigo projeto de feitorias para a educação dos pescadores no interior do país.

A fotografia da Figura 4 retrata o processo final de salga do *A. gigas*, com as mantas penduradas no varal para secar ao sol. A fotografia, o título e a descrição formam um conjunto que tem um objetivo distinto, porém, complementar às figuras anteriores. Trata-se de um incentivo ao desenvolvimento de uma

Figura 4 - Uma indústria que promete



Fonte: Magalhães (1945, p. 121).

indústria de salga do pirarucu nas margens do rio Araguaia, por meio da propaganda do seu potencial. A descrição da fotografia traça um claro paralelo entre a carne do pirarucu, seu potencial de salga e produção em série, com a do salmão, cuja industrialização era bem consolidada em países como Canadá e Estados Unidos da América:

Quando houver no Brasil quem queira industrializar a carne finíssima e ligeiramente rosada do pirarucu, como o fazem com o salmão; quando houver quem dê ao saborosíssimo peixe amazônico o seu verdadeiro valor numa racional exploração de salga e defumagem, como se faz alhures com peixes de inferior qualidade que são vendidos a peso de ouro no mercado, então daremos apreço a carne do pirarucu (MAGALHÃES, 1945, p. 121).

A descrição da fotografia parece sugerir que a pesca em escala comercial no rio Araguaia era diminuta. Contudo, ela existia e estava se expandindo no momento da passagem da expedição pelo rio Araguaia. No século XIX e início do século XX, o pirarucu era pescado pelos índios Karajá, Javaé e por pescadores que supriam o mercado da antiga capital de Goiás, nas margens do rio Vermelho, e de povoados ribeirinhos como Leopoldina (atual Aruanã). No final da década de 1930, a pesca e a salga do *A. gigas* já ocorria em maior escala, abastecendo outros estados. Um editorial do jornal *Cidade de Goiás*, na antiga capital, em 1941, alardeava que “algumas toneladas” de pirarucu do rio Araguaia “trabalhadas com higiene e perfeita técnica” já atravessavam os limites do estado e que apenas um fator impedia o franco crescimento da atividade: a falta de estradas (PIRARUCU..., 1941, p. 1).

Agenor Couto de Magalhães teve a oportunidade de presenciar o florescimento dessa indústria, mas aponta em seu álbum a possibilidade e necessidade de abandonar as antigas técnicas rumo à intensificação da produção. A ideia era aumentar a captura do peixe, estabelecer técnicas modernas de salga, tornar o produto visivelmente mais atraente ao consumidor para incentivar e suprir

uma demanda nacional. A associação com o salmão não é por acaso. Somente no território norte-americano do Alasca, a captura de salmão girava em torno de 120 milhões de unidades anuais (ADKISON; FINNLEY, 2003, p. 84). Essa indústria, contudo, produziu um enorme impacto ambiental no Alasca e a produção começou a declinar justamente na década de 1940 devido à sobrepesca (HAYCOX, 2002, p. 32).

Figura 5 - Acampamento de pescador



Fonte: Magalhães (1945, p. 122).

A fotografia da Figura 5, confirma que a pesca e salga do pirarucu já era difundida no rio Araguaia. Trata-se de um flagrante em plano geral, onde um homem e uma mulher dividem tarefas em um acampamento de pescador. O pescador, pela espessa barba e vestes, parece ser o mesmo da Figura 1, o que reforça a ideia de que as cinco fotografias podem ter sido tiradas de diferentes acampamentos ao longo do rio Araguaia.

A fotografia da Figura 5 e sua descrição oferecem indícios sobre a lógica da economia do pirarucu no rio Araguaia. Segundo a descrição, “em tempo de safra de peixe, os caboclos improvisam suas instalações, pescam e industrializam o produto como podem, vendem-no ou barganham-no por víveres, tecidos, aguardente ou quinquilharias que por lá apareçam” (MAGALHÃES, 1945, p. 122). Pela descrição, é possível auferir que a lógica da economia do pirarucu no rio Araguaia era similar à da lógica extrativista da borracha, de peles de



animais silvestres e peixes em conserva na bacia do rio Amazonas.³ O pescador preparava as mantas em conserva e trocavam por alimentos e produtos vindos de outros estados, importados por empresas locais que contratavam esses pescadores. Provavelmente o contratante era quem vendia o sal necessário para a preparação das mantas, sendo pagos com a produção do pescador. Por sua vez, o contratante adquiria o sal com os atravessadores, que eram pagos com as mantas de pirarucu. Esses mesmos atravessadores eram quem levavam os pirarucus em conserva para outros estados. É uma lógica parecida com da cadeia de aviamentos que pautava a economia na bacia amazônica, onde raramente havia dinheiro nas transações comerciais junto aos extrativistas. Por fora dessa cadeia, estava também o regatão, o comerciante itinerante dos rios que negociava pessoalmente com os pescadores, desviando a produção: “como no Amazonas e Pará, aqui também não faltam os regatões” (MAGALHÃES, 1945, p. 122).

A existência de uma lógica econômica e a presença de regatões na pesca do pirarucu no rio Araguaia indicam, uma vez mais, que essa economia estava em franca expansão na região. O que as descrições do álbum de Agenor Couto de Magalhães sugerem, contudo, é que essa indústria deveria se expandir por meio de uma produção em larga escala por processos técnicos modernos. A pesca e comercialização do *A. gigas* era um dos encantos do Oeste e o seu potencial deveria ser melhor direcionado e aprofundado, formando uma indústria forte o suficiente para fazer frente a importação de peixes em conserva como o bacalhau. Essa noção é plenamente compatível com ideias conservacionistas que entendiam os elementos da flora e da fauna como recursos passíveis de uso por meio de uma exploração racional e eficiente, visando, por um lado, gerar riqueza e, por outro, conservá-las para as gerações futuras. O rio Araguaia, assim, emergia como possibilidade de um futuro centro de produção do pirarucu em escala industrial.

Dramas do Oeste (195?): pirarucus formando “pasto aos urubus”

Leolídio di Ramos Caiado era engenheiro e membro da influente família Caiado que esteve à frente da administração do estado de Goiás, juntamente com a família Jardim entre os anos 1912 e 1930. Na década de 1940, Leolídio Caiado participou de expedições ao rio Araguaia tornando pública a sua preocupação com a intensificação da caça e da pesca nessa região. Em 1945, participou como auxiliar de engenharia na Expedição Sertaneja Araguaia-Xingu, organizada



pelo Ministério da Agricultura e pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI) para conclusão da Carta de Mato Grosso (EXPEDIÇÃO..., 1945, p. 2). Em 1949, ele sugeriu à Divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura a criação de um parque nacional de refúgio de animais silvestres na Ilha do Bananal, mas admitiu ceticismo sobre a possibilidade de concretização desse plano (CAIADO, 1981, p. 43).

A data da primeira edição do livro *Dramas do Oeste* é incerto. Foi escrito antes da intensificação dos debates em nível nacional sobre a formação de um parque nacional no médio rio Araguaia que, a despeito do ceticismo de Caiado, se concretizou durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek pelo Decreto No 47.570 de 31 de dezembro de 1959. Os temas debatidos no livro, como o novo bandeirantismo, a ascensão do turismo, as expedições de reconhecimento do rio Araguaia e suas consequências, bem como a forma que esses temas são abordados sugerem que a primeira edição da obra veio a ser lançada logo após a expedição que empreendeu em 1950.

A obra é um relato crítico de uma expedição liderada pelo paulista Paulo de Vasconcellos⁴, em 1950, com o objetivo de conhecer o médio rio Araguaia, a Ilha do Bananal, entrar em contato com os índios Karajá e Javaé, além de caçar onças. A embarcação utilizada foi transportada de São Paulo para a cidade de Leopoldina (Aruanã) em caminhão, viagem que durou um mês e meio. De Leopoldina a embarcação contornou a Ilha do Bananal para depois seguir para o rio Javaé. A expedição tinha dez integrantes, dentre eles, dois índios Karajá e três pessoas que viviam em Goiás, incluindo o próprio Leolídio Caiado. O percurso foi fotografado e filmado por um cinegrafista, identificado na obra apenas como “Oton”, sem fazer qualquer menção específica sobre o tipo de equipamento utilizado (CAIADO, 1981, p. 51). Em companhia dos expedicionários, estavam oito cães de caça. Tratava-se de uma expedição com finalidade turística e de caça esportiva.

Leolídio Caiado, aproveita a expedição e algumas fotografias para escrever um relato onde critica o turismo, o novo bandeirantismo paulista, a caça e a pesca amadora e, principalmente, comercial. Associado ao relato, são publicadas 16 fotografias, das quais nove são de animais mortos por caçadores amadores, comerciantes de peles e pescadores profissionais, alertando sobre a destruição da fauna local. Apenas duas fotografias de *A. gigas* pescados figuram na obra, exibindo uma dimensão dramática e completamente diferente da pesca no rio Araguaia se comparado aos relatos de Agenor Couto de Magalhães publicados em 1945.



Figura 6 - Restos de um acampamento de comerciantes de peixe



Fonte: Caiado (1981).

A fotografia da Figura 6 é talvez uma das mais impactantes da obra de Leolídio Caiado. Mostra em plano médio um homem não-identificado abaixado diante do solo repleto de carcaças de pirarucus. O forte odor e a nuvem de insetos sobre as ossadas são invisíveis na imagem, mas evidentes para o espectador. Essa fotografia possui uma mensagem sugestiva: a de um humano acima de pilhas de cadáveres de outros seres vivos. A postura cabisbaixa do homem indica lamento diante das provas do massacre. Ao mesmo tempo, ele está acima das carcaças, denotando uma dupla responsabilidade: pela sua condição humana ele é um corresponsável pelo morticínio, mas tem também um papel fundamental na proteção da espécie.

A imagem da Figura 6 é claramente fruto de uma contingência. Do encontro dos viajantes com as carcaças emergiu o momento oportuno da produção de uma denúncia: a da “constante matança desenfreada praticada por pescadores e caçadores” amadores e profissionais contra a fauna do rio Araguaia (CAIADO, 1981, p. 17). Segundo este autor, carcaças de diversos animais abatidos por pescadores e caçadores eram facilmente vistos nas margens do grande rio. Em relação ao cervo, por exemplo, ele aponta: “nas proximidades das lagoas pantanosas, é comum encontrarmos várias carcaças com as cabeças cortadas para serem vendidas aos comerciantes. E ficam lá aqueles colossais animais que nenhum mal fazem, para servir de pasto aos urubus” (CAIADO, 1981, p. 16). Ele alertava que os rios e florestas seriam “transformados em cemitério” se não houvesse uma política de repressão contra a caça e a pesca predatória, “do contrário a fauna aquática e terrestre será extinta definitivamente” (CAIADO, 1981, p. 17).

O autor de *Dramas do Oeste* expõe detalhes sobre o funcionamento e as consequências da pesca comercial do pirarucu nesse período. Segundo Caiado, inúmeros pescadores “vindos das fronteiras do norte” adentravam os grandes lagos durante o período de cheia dos rios e aproveitavam o tempo da reprodução do *A. gigas*, momento em que eles mostravam-se mais mansos, durante o cuidado com os filhotes, e mais visíveis na superfície da água (CAIADO, 1981, p. 77). A consequência era desastrosa: “quando é arpoado o macho, a mãe abandona os filhos que são incontinenti devorados pelas piranhas. Se, porém, for apanhada a fêmea, o pai acabará de criar o cardume dos pequeninos peixes” (CAIADO, 1981, p. 31). Contudo, era desse modo que os pescadores produziam toneladas de pirarucu em conserva. Caiado denunciava que os pescadores que capturavam o *A. gigas* também caçavam ariranhas, jacarés e tartarugas para fins comerciais. Os índios Javaé e Karajá eram empregados na produção do pirarucu em conserva e na caça aos jacarés. Recebiam pelo trabalho diário “alguns parques cruzeiros ou utensílios imprestáveis” (CAIADO, 1981, p. 77). As índias sofriam diversas violências no contato com os pescadores, como estupros e casamentos que resultavam em mulheres abandonadas após a temporada de pesca nos lagos. Os pescadores retornavam para os seus estados de origem com os carregamentos no fim do período de cheia do rio Araguaia (CAIADO, 1981, p. 78).

Apesar de concentrar a maior parte de suas críticas aos pescadores e caçadores profissionais, Leolídio Caiado também lança críticas aos índios e aos turistas que excursionavam pelo rio Araguaia. Os índios são criticados pelo uso do timbó (extratos vegetais anteriormente descritos), que provocavam atordoamento não só nos peixes, mas também em outros animais como tartarugas e jacarés. Os turistas, “homens de destaque na sociedade, considerados como de boa formação moral e intelectual”, utilizavam dinamites e outros explosivos “depredando e destruindo horivelmente a fauna aquática” (CAIADO, 1981, p. 32).

Os viajantes, chamados por Caiado de “turistas” (amadores ou em expedição de reconhecimento) são também criticados pela destruição da fauna local. As expedições organizadas pelos autointitulados novos bandeirantes são apontadas como gasto de dinheiro público inútil, onde dezenas de indivíduos bem armados e em confortáveis embarcações passavam “meses num longo piquenique nas praias do grande caudal, ou em alguns de seus afluentes.” (CAIADO, 1981, p. 27) Mesmo as expedições de reconhecimento à Serra do Roncador são apontadas como “sem finalidade”, “infrutíferas” ou “sem proveito algum”, já que as áreas

percorridas eram bem conhecidas. Caiado refuta qualquer paralelo entre as expedições de reconhecimento do seu tempo e o bandeirantismo do período colonial. Ele traça, contudo, um paralelo crítico entre as expedições fruto da ideologia da “Marcha para o Oeste” e o fenômeno do turismo no Araguaia, onde os viajantes passavam os meses de estiagem nas praias, retirando-se para as metrópoles no período das cheias. A grande consequência dessas expedições e do incremento do turismo era “a decadência de animais e aves, a raridade de algumas espécies e às vezes até a extinção completa em alguns lugares” (CAIADO, 1981, p. 27).

Leolídio Caiado denuncia que as expedições de reconhecimento adentravam as margens do Araguaia com armas de grosso calibre, alvejando aves, antas, cervos, ariranhas e outros, “só pela sensação macabra de acertar no alvo e ver o tombo” (CAIADO, 1981, p. 29). Os turistas e caçadores amadores que passavam o período de estiagem nas praias do Araguaia atuavam de forma similar. O incremento do trânsito humano na região foi apontado também como responsável pelo gradual afastamento dos animais silvestres do canal do rio demandando áreas do interior e nos afluentes com menor presença humana (CAIADO, 1981, p. 16). A época do turismo, assim, era entendida como “sombria e triste para os animais”, por ser o momento em que os humanos faziam “as suas piores matanças” (CAIADO, 1981, p. 10).

A Figura 6, com dois pirarucus mortos (um adulto e um juvenil), bem como a sua legenda reforçam o cerne das denúncias de Leolídio Caiado: a da possibilidade de extinção de espécies da fauna terrestre e aquática do rio Araguaia. O *A. gigas* torna-se exemplo de um fenômeno mais amplo que emerge com as políticas da “Marcha para o Oeste” e guarda relação direta com a integração do rio Araguaia ao sistema produtivo nacional. Situação almejada pelas elites locais no século XIX e na primeira metade do século XX, o rio Araguaia finalmente passava a ser economicamente integrado ao país.

Figura 7 - O pirarucu está sendo pescado intensamente para o comércio e em muitas áreas já desapareceu.



Fonte: Caiado (1981).



Contudo, a extinção de determinadas espécies passava a ser uma possibilidade que gerava apreensão em alguns indivíduos e grupos políticos na região.

As fotografias de pirarucus mortos e as denúncias de Leolídio Caiado em *Dramas do Oeste* vinculam-se aos debates que, desde o início, emergiram na esteira do incentivo estadual e federal à caça, à pesca e ao turismo no rio Araguaia. Em julho de 1940, o jornal *Cidade de Goyaz* lançaria denúncia em primeira página sobre o aumento do uso de dinamites para a captura de peixes no rio Araguaia (PESCARIA..., 1940, p. 1). Nesse mesmo ano o Conselho Técnico de Economia e Finanças do Estado de Goiás iniciou debates sobre um projeto de lei estadual exigindo uma licença paga para a caça e pesca no estado. Tratava-se de uma reação frente às denúncias locais de diminuição das populações de ariranhas, pirarucus e tartarugas na bacia do Araguaia (A CAÇA..., 1940, p. 2). A prática de pesca por dinamites, contudo, perdurou e se expandiu, tornando-se comum acontecer próximo aos núcleos urbanos (PESCA..., 1947, p. 1). No dia 06 de julho de 1949, o governo estadual inaugurou o Serviço de Caça e Pesca do estado, com o objetivo de reprimir os abusos. A situação nessa época era tão notável que na solenidade de instalação do órgão, o governador Jerônimo Coimbra Bueno mencionou o problema das pescarias com explosivos. No seu discurso, ele qualificou essa prática como “anormalidade perigosa e destruidora [...] cuja finalidade é a mera diversão para uns em detrimento do próprio sustento de uma população inteira” (INAUGURANDO..., 1949, p. 1).

O turismo, a exploração pesqueira comercial e as carcaças de animais abatidos, assim, fazem parte de um novo futuro que emergiu como possibilidade na bacia do rio Araguaia. A terra dos seres vivos futuramente extintos passou a ser uma sombra sobre a terra de encantos, de promessa de fartura via ocupação e exploração econômica propagandeada pela política da “Marcha para o Oeste”. Era uma possibilidade bastante distinta daquela formulada por Agenor Couto de Magalhães e outros entusiastas da pesca do *A. gigas* no Araguaia. Ambas as imagens permaneceriam circulando por meio de propagandas e alertas sobre o futuro na região do Araguaia. Assim, a extinção do pirarucu emergiu na década de 1950 como especulação, uma possibilidade futura. Possibilidade esta que adquiriu maior força em 1986, quando o pirarucu entrou na lista de espécies “vulneráveis à ameaça de extinção”, para em 1990 sair desta categoria (VITAL; TEJERINA-GARRO, 2018). Aliada a essa especulação tem-se, na década de 1950, outra imagem emergente: a do Oeste como “pasto dos urubus” ou grande cemitério dos animais silvestres.



Considerações finais

O estado de Goiás passou por mudanças profundas, entre as décadas de 1930 e 1950, com as políticas da “Marcha para o Oeste”. As estradas, a intensa propaganda e as medidas adotadas pelo governo federal e estadual no período do Estado Novo foram fundamentais na emergência dos primeiros sinais de integração do rio Araguaia ao sistema produtivo nacional. O turismo e a pesca comercial tornaram-se uma realidade que se intensificava com o passar dos anos. Os espécimes de pirarucu pescados e fotografados, indicam que esta espécie passou a ser alvo de exploração comercial e pesca predatória mais efetiva e apontam para a emergência de duas diferentes especulações ligadas ao futuro da região.

A primeira delas está ligada as potencialidades da pesca no rio Araguaia. As fotografias no álbum *Encantos do Oeste*, do paulista Agenor Couto de Magalhães exibem a emergência de uma pesca do *A. gigas* em maior escala no rio Araguaia. Guardando similaridades com as propagandas que a revista *A Informação Goyana* produzia sobre o potencial da pesca comercial do pirarucu entre os anos de 1917 e 1935, as fotografias em *Encantos do Oeste* e suas legendas produzem uma mensagem ligada a noção de recurso à espera de ser racionalmente explorada, criando um paralelo entre a futura exploração do *A. gigas* com a exploração do salmão nos Estados Unidos da América e Canadá. Era uma mensagem que se coadunava com a ideologia e os planos de integração da “Marcha para o Oeste”, onde o “Oeste” apresentava-se como uma terra de oportunidades econômicas para quem migrasse para a região. O Araguaia, por outro lado, se mostrava como o rio de oportunidades para a produção em larga escala do pirarucu em conserva.

A segunda especulação emerge da possibilidade de extinção do *A. gigas* e de outras espécies que passam a ser capturadas de forma intensa por caçadores profissionais e turistas. As fotografias em *Dramas do Oeste* de Leolídio Caiado são parte de uma preocupação emergente entre os habitantes locais, que percebem um maior trânsito de pessoas na bacia do rio Araguaia, maior quantidade de animais abatidos e outros fenômenos indicando a intensificação da caça e da pesca. O estado de Goiás não tinha qualquer instrumento de controle sobre esses processos, o que levou ao debate sobre a adoção de políticas para a caça e a pesca na região e sobre o futuro da fauna terrestre e aquática na referida bacia.

Assim, os pirarucus capturados, fotografados e publicados em relatos de

viagem em meados do século XX, longe de serem uma mera representação da época, foram partes de um agressivo projeto de integração da bacia do rio Araguaia durante a “Marcha para o Oeste”. O período da Marcha emergiu como momento oportuno para uma nova investida na propaganda sobre o potencial pesqueiro da área. O relativo sucesso dessa propaganda, a intensificação do turismo, da caça e da pesca amadora na região e a proliferação de carcaças de animais nas margens do rio Araguaia, contudo, produziram uma controvérsia sobre o futuro da vida aquática e silvestre na região. A extinção do *A. gigas* emerge em fins da década de 1940 como especulação, possibilidade futura. Junto a essa especulação tem-se outra imagem emergente em franca contradição com a do Oeste como uma terra de oportunidades. As carcaças de pirarucus capturadas pelas lentes das máquinas fotográficas, longe de serem um mero atestado das oportunidades econômicas da biodiversidade aquática, passam a sugerir que as terras do Oeste são um lugar de morte e potencial extinção de espécies ou um imenso pasto de urubus.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 concedida ao primeiro autor.

Referências

A CAÇA e a pesca em Goiás. *Cidade de Goiás*, Goiás, p. 2, 1 dez. 1940.

ADKISON, Milo D.; FINNLEY, Bruce P. The long-term outlook for salmon returns to Alaska. *Alaska Fishery Research Bulletin*, [Washington], v. 10, n. 2, p. 83-94, 2003.

ALENCAR, Clementino de. Com os olhos fitos na pátria e lembrando os heróis de Piratininga. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, 9 jun. 1938.

ANTUNES, André Pinassi; SHEPARD JUNIOR, Glenn Harvey; VENTICINQUE, Eduardo Martins. O comércio internacional de peles silvestres na Amazônia brasileira no século XX. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas*, Belém, v. 9, n. 2, p. 487-518, 2014.



BARD, Jacques; IMBIRIBA, Emir Palmeira. *A piscicultura do pirarucu: Arapaima gigas*. Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1986. (Circular Técnica, v. 52).

BARTHEM, Ronaldo Borges. Descrição da pesca da Piramutaba (*Brachyplstystoma vaillantii*. Pimelodidae) no estuário e na calha do Rio Amazonas. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*, Belém, v. 6, p. 117–130, 1990.

BENNETT, Jane. *Vibrant matter: a political ecology of things*. Durhan: Duke University Press, 2010.

BROWER, Matthew. *Developing animals: wildlife and early American photography*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.

CAIADO, Leolídio di Ramos. *Dramas do oeste: história de uma excursão nas regiões da Ilha do Bananal, em 1950*. 3. ed. Goiânia: UNIGRAF, 1981.

CÂMARA FILHO. Araguaya Misterioso. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 25, 23 jan. 1938.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. 2. ed. Goiânia: Vieira, 2003.

CAZEAUX, Clive. The aesthetics of scientific image. *Journal of Aesthetics and Phenomenology*, Londres, v. 2, n. 2, p. 187-209, 2016.

CHAUL, Nasr F. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. UFG, 1997.

CONSELHO Florestal do Estado. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, 18 dez. 1938.

DUTRA E SILVA, Sandro. *No oeste, a terra e o céu: a expansão da fronteira agrícola no Brasil Central*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

EXPEDIÇÃO de pesquisas sertanejas. *Correio da Manhã*, Portugal, p. 2, 27 jun. 1945.

GARCIA, Ledonias F. *Goyaz: uma província do sertão*. Goiânia: Cãnone Editorial: Ed. PUC-Goiás, 2010.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, p. 15-42, 2000.



HAYCOX, Stephen. *Frigid embrace: politics, economics and environment in Alaska*. Oregon: Oregon State University, 2002.

HEIZER, Robert Fleming. Venenos de pesca. *Suma etnológica brasileira*, [São Paulo], v. 1, p. 189–233, 1987.

INAUGURANDO o serviço de caça e pesca de goiáz. *Cidade de Goiáz*, Goiás, p. 1, 10 jul. 1949.

JUNQUEIRA, Ana Carolina M. *et al.* Large-scale mitogenomics enables insights into *Schizophora* (Diptera) radiation and population diversity. *Scientific Reports*, Alemanha, v. 6, p. 1–13, 2016.

MAGALHÃES, Agenor Couto de. A carpa, como peixe de mesa. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 12, 6 jan. 1938.

MAGALHÃES, Agenor Couto de. *Encantos do oeste*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

MAGALHÃES, Agenor Couto de. *Ensaio sobre a fauna brasileira*. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1939.

MAGALHÃES, Agenor Couto de. *Monographia brasileira de peixes fluviaes*. São Paulo: GRAPHICARS, 1931.

NASCIMENTO, Glória Cristina Cornélio do *et al.* Characterization of artisanal fishing in fishweirs, the north coast of Paraíba, Brazil. *Arquivos de Ciências do Mar*, Ceará, v. 49, n. 2, p. 92, 2018.

NAXARA, Marcia Regina Capelari. De São Paulo ao Araguaia: lugares, gentes e paisagens. *Impulso*, Piracicaba, v. 25, n. 64, 149-160, 2015.

NUNES, Emilia do Socorro Conceição de Lima *et al.* Presença de bactérias indicadoras de condições higiênicosanitárias e de patógenos em Pirarucu (*Arapaima gigas* Shing, 1822) salgado seco comercializado em supermercados e feiras da cidade de Belém, Pará. *Revista Brasileira de Ciência Veterinária*, Niterói, v. 19, n. 2, p. 98–103, 2014.

O PROBLEMA da pesca em São Paulo. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 2, 22 maio 1935.

PESCA a dinamite. *Cidade de Goiáz*, Goiás, p. 1, 24 ago. 1947.



PESCARIA a bomba. *Cidade de Goiás*, Goiás, p. 1, 7 jun. 1940.

PIRARUCU, o bacalhau nacional. *Cidade de Goiás*, Goiás, p. 14, ago. 1941.

RAMOS, Laura Marina Jaime. *Romaria das Águas: ambiente, afeto e representações nas praias do Rio Araguaia-GO*. 2011. Tese (Doutorado em Estudos Socioambientais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

RIBEIRO, Mauro Cesar Lambert de Brito; PETRERE JUNIOR, Miguel; JURAS, Anastácio Affonso. Ecological integrity and fisheries ecology of the Araguaia-Tocantins river Basin, Brazil. *Regulated Rivers: Research & Management*, Sussex, v. 11, p. 325–350, 1995.

ROSE, Bob; GUSTAVSON, Todd; YANO, Hiroshi. The history of the twentieth century camera. In: PERES, Michael R. *The focal encyclopedia of photography (fourth edition): digital imaging, theory and applications, history and science*. Waltham: Focal Press, 2007. p. 771-787.

SOUZA, Dallys Dantas de; CASTILHO, Denis. Os distritos em Goiás: definições oficiais e apontamentos teóricos. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 34, n. 3, p. 525–545, 2014.

SR. PAULO M. B. Vasconcellos, segurando o premiado soberbo de Sussuaretê (raça fila brasileiro). *Revista Fauna*, [S. l.], p. 55, jun. 1957.

UM FILME dos modernos bandeirantes. *Correio Paulistano*, São Paulo, p. 7, 26 mar. 1938.

VARI, Richard P. The Curimatidae, a lowland neotropical fish family (Pisces: Characiformes); distribution, endemism and phylogenetic biogeography. In: VANZOLINI, Paulo Emílio; HEYER, Ronald W. (ed). *Proceedings of a workshop on Neotropical distribution patterns*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 1988. p. 343-377.

VITAL, André Vasques; BARRETO, Cristiane Gomes. Navegando pelos mares da controvérsia política: a inspetoria da pesca e os primeiros estudos sobre o plâncton no Brasil (1913-1915). *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba, v. 49, p. 318-335, 2018.

VITAL, André Vasques; TAVARES, Giovana Galvão; DUTRA e SILVA, Sandro; CAMPOS, Francisco Itami. As sedutoras águas do oeste: as corredeiras e as quedas d'água na luta pela transferência da capital federal para o Brasil

central (1892-1953). *Revista de História Iberoamericana*, Madrid, v. 10, n. 2, p. 122-144, 2017.

VITAL, André Vasques; TEJERINA-GARRO, Francisco Leonardo. O incentivo à pesca comercial de *Arapaima gigas* (pirarucu) do rio Araguaia (Brasil central) na revista “A Informação Goyana” (1917-1935). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, Belém, v. 13, n. 1, p. 159-174, 2018.

Notas

¹Doutor em História das Ciências e da Saúde. Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente, Centro Universitário de Anápolis, UniEVANGÉLICA. Email: vasques_vital@tutanota.com.

²Doutor em Ecologia de ecossistemas continentais. Programa de Pós-graduação Sociedade, Tecnologia, Meio Ambiente, Laboratório de Biodiversidade, Centro Universitário de Anápolis, UniEVANGÉLICA. Centro de Biologia Aquática, Escola de Ciências Agrárias e Biológicas, PUC Goiás. e-mail: francisco.garro@docente.unievangelica.edu.br.

³Para entender melhor como funcionava a cadeia extrativista da borracha e de animais silvestres na Amazônia em meados do século XX ver Antunes *et al.* (2014).

⁴Há poucas referências na imprensa a quem seja Paulo de Vasconcellos, que é relatado como alguém que já havia percorrido o Araguaia em outras ocasiões na companhia do próprio Leoldio Caiado. Provavelmente se trata do mesmo Paulo de Vasconcellos exibido em foto nas páginas da *Revista Fauna*, em 1957, acompanhado de um cachorro da raça fila. A *Fauna* era uma revista de periodicidade mensal especializada em caça e pesca esportiva publicada em São Paulo, desde 1943, contando também com artigos de Agenor Couto de Magalhães em algumas de suas edições. Ver: SR. Paulo... (1957. p. 55).